

Autoras

Alice Bianchini

Mariana Bazzo

Silvia Chakian

CRIMES CONTRA *Mulheres*

Lei Maria da Penha

Crimes Sexuais

Feminicídio

Violência Política de Gênero

6^a | revista
edição | ampliada
atualizada

2024

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorre@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

B578c Bianchini, Alice
 Crimes Contra Mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais, Femicídio e Violência
 Política de Gênero / Alice Bianchini, Mariana Bazzo e Sílvia Chakian. – 6.ed., rev., atual. e
 ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

544 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-5015-0

1. Direito Penal. 2. Lei Maria da Penha. 3. Medidas protetivas. 4. Pensão especial. I.
Bianchini, Alice. II. Bazzo, Mariana. III. Chakian, Sílvia. IV. Título.

CDD 341.5

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CONCEITO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DE ENFRENTAMENTO A CRIMES CONTRA A MULHER NO BRASIL ...	19
2.1. Conceito de violência de gênero	19
2.2. Leis de cunho penal que tratam de questões voltadas ao gênero feminino.....	27
2.3. Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	35
2.4. Notificação compulsória dos casos de suspeita ou comprovação de violência contra a mulher – Lei 13.931, de 10 de dezembro de 2019	40
2.5. Violência institucional, “Lei Mariana Ferrer” e necessidade de implementação da disciplina Direito e Gênero nas Faculdades de Direito.....	46
2.6. Reflexos dos processos de crimes com violência de gênero no Direito do Trabalho.....	50
3. CRIMES PRATICADOS NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	53
3.1. A constitucionalidade da Lei Maria da Penha e os motivos que levaram à resistência em relação à sua aplicabilidade.....	57
3.2. O afastamento da aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/1995 aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher	69
3.3. Aplicabilidade da Lei Maria da Penha (tipos de violência, contexto e destinatários)	75
3.3.1. Sujeito passivo mulher e a impossibilidade de aplicação ao gênero masculino	75
3.3.2. Relação de afeto e/ou parentesco e motivação de gênero	82

3.3.3. Artigo 7º da Lei Maria da Penha: ilícitos cíveis, penais e medidas protetivas de urgência.....	97
3.3.4. Natureza jurídica das medidas protetivas de urgência.....	100
3.4. Obrigação do agressor de ressarcir os danos, inclusive o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como os gastos com dispositivos de segurança – Lei Nº 13.871/2019.....	116
3.5. Do impacto da lei de abuso de autoridade e a investigação de crimes contra mulheres.....	117
3.6. Audiências de custódia em casos de violência doméstica e familiar contra mulheres.....	121
3.7. Pena de multa aplicada de forma isolada.....	123
3.8. Proibição de aplicação de acordo de não persecução penal – ANPP.....	124
3.9. Não aplicação do juiz das garantias	125
3.10. Principais tipos penais praticados no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher	127
3.10.1. Lesão Corporal e lesão corporal contra a mulher – artigo 129 do Código Penal - alterado pela Lei nº 14.188/21, que incluiu o § 13....	128
3.10.2. Ameaça – artigo 147 do Código Penal.....	153
3.10.3. Perseguição – art. 147-A do Código Penal, incluído pela Lei nº 14.132/2021	156
3.10.4. Violência psicológica – art. 147-B do Código Penal, incluído pela Lei nº 14.188/21 e lesão corporal em decorrência de lesão à saúde mental da vítima – art. 129 do Código Penal	165
3.10.5. Invasão de domicílio – artigo 150 do Código Penal.....	175
3.10.6. Invasão virtual de domicílio e o delito de exposição da intimidade sexual – artigo 216-B do CP, incluído pela Lei nº 13.772/2018	177
3.10.7. Invasão de dispositivo informático – artigo 154-A do Código Penal	180
3.10.8. Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia – artigo 218-C do Código Penal, incluído pela Lei nº 13.718/2018.....	184
3.10.9. Dano – artigo 163 do Código Penal	191
3.10.9.1 Medida protetiva de urgência especialmente estabelecida para o caso de violência patrimonial	192
3.10.9.2 Ação penal nos crimes de dano e dependência financeira da mulher em situação de violência	192
3.10.9.3 Escusa Absolutória	195
3.10.10.Descumprimento de medida protetiva de urgência – art. 24-A da LMP	196

3.11. Efeitos da reconciliação do casal, prosseguimento da ação penal e decreto condenatório	213
3.12. Lei 14.022/2020 – Medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, pessoas idosas e com deficiência durante a emergência de saúde pública pelo surto de Covid-19.....	218
4. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	223
4.1. Estupro – artigo 213 do Código Penal e estupro de vulnerável – artigo 217-A do Código Penal.....	236
4.2. Violação sexual mediante fraude – artigo 215 do Código Penal	290
4.3. Importunação sexual – art. 215-A do Código Penal	293
4.4. Assédio Sexual – artigo 216-A do Código Penal.....	303
4.5. Indução de menor à satisfação da lascívia de outrem – artigo 218 do Código Penal.....	313
4.6. Satisfação da lascívia mediante presença de criança ou de adolescente – artigo 218-A do Código Penal	316
4.7. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração de vulnerável – artigo 218-B do Código Penal.....	321
4.8. Mediação para servir à lascívia de outrem – artigo 227 do Código Penal.....	327
4.9. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – artigo 228 do Código Penal.....	329
4.10. Estabelecimento em que ocorra exploração sexual – artigo 229 do Código Penal	336
4.11. Rufianismo – artigo 230 do Código Penal	341
4.12. Ato obsceno e escrito ou objeto obsceno – artigos 233 e 234 do Código Penal.....	343
4.13. Tráfico de pessoas – artigo 149-A do Código Penal.....	346
5. FEMINICÍDIO: LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.....	353
5.1. Origem da Lei do Femicídio, objetivos da alteração legislativa e suas principais críticas.....	354
5.2. As três hipóteses de feminicídio previstas na Lei nº 13.104/2015.....	362
5.2.1. Femicídio decorrente de violência doméstica e familiar em razão da condição de sexo feminino	363
5.2.2. Femicídio em razão de menosprezo à condição feminina	364
5.2.3. Femicídio em razão de discriminação à condição feminina	366
5.3. Femicídio: o que não tem nome não existe.....	367

5.4.	A qualificadora do feminicídio é de natureza objetiva ou subjetiva?.....	372
5.4.1.	Posição 1: A qualificadora do feminicídio é de natureza subjetiva.....	373
5.4.2.	Posição 2: A qualificadora do feminicídio é de natureza objetiva.....	375
5.4.3.	Posição 3: A circunstância prevista no inciso I, § 2º-A, do artigo 121 do Código Penal (violência doméstica e familiar) é objetiva, e as previstas no inciso II, § 2º-A, do artigo 121 do Código Penal (menosprezo ou discriminação) são subjetivas.....	384
5.4.4.	Posicionamento da coautora Alice Bianchini, que difere do professorado pelas outras coautoras Mariana Bazzo e Silvia Chakian.....	385
6.	CRIME DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO.....	391
6.1.	A construção dos direitos políticos das mulheres brasileiras: breve relato.....	391
6.2.	A definição legal de violência política de gênero no Brasil.....	395
6.3.	Crime de violência política de gênero	397
6.3.1.	O Crime previsto no art. 326-B do Código Eleitoral, inserido pela Lei 14.192/2021	398
6.3.2.	Crime de violência política previsto no art. 359-P do Código Penal, incluído pela Lei 14.197/2021: uma abordagem a partir da sua incidência em casos de violência política contra a mulher...	404
6.3.3.	Uma análise comparativa entre os tipos penais do art. 326-B do Código Eleitoral e o art. 359-P do Código Penal.....	407
6.3.4.	Questões procedimentais	409
6.4.	Precedente jurisprudencial.....	414
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	421
	REFERÊNCIAS	425
	ANEXO A – Recomendação nº 19 do Comitê CEDAW – Comitê para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	457
	ANEXO B – Recomendação nº 33 do comitê CEDAW – Comitê para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	461
	ANEXO C – Recomendação nº 35 do comitê CEDAW – Comitê para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	489
	ANEXO D – Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	521
	ANEXO E – Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher	533